

Ofício nº 077/2023

Blumenau, 13 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**MAURO DE NADAL**  
Presidente  
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC  
Florianópolis/SC

Assunto: Repasses do Plano 1000.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste tratar do Plano 1000, o qual foi lançado em dezembro de 2021 e é um compromisso do Governo Estadual com o desenvolvimento dos municípios catarinenses, mediante a realização de obras públicas estruturantes, que possam contribuir para a evolução econômica e social de Santa Catarina. O plano foi elaborado considerando as históricas dificuldades financeiras enfrentadas pelos Municípios, as quais foram agravadas pela pandemia, e a necessidade de atuação conjunta e cooperativa entre entes federados distintos, para viabilizar serviços públicos e equipamentos, possibilitando entregas efetivas de serviços à população.

Para acessar os recursos disponibilizados pelo Plano 1000, prefeituras debruçaram-se na elaboração de projetos, que foram aprovados pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade para repasse por meio de convênios, e outros projetos também foram feitos para permitir a adesão por meio de transferências voluntárias especiais (TVE). Cabe ressaltar que os projetos aprovados para o Plano 1000 passaram por planejamento, são legítimos, atendem as carências da população, têm transparência, permitem controle social e contemplam a maioria dos municípios catarinenses.

Como é de conhecimento, as transferências especiais e convênios são instrumentos fundamentais para viabilizar projetos e programas sociais, educacionais e de infraestrutura nos municípios, e com a manutenção desses recursos é possível garantir a continuidade e o aprimoramento das políticas públicas federais, estaduais e municipais, as quais impactam diretamente na qualidade de vida da população.

Recentemente, no final de 2022, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) recomendou ao Governo do Estado que suspendesse as transferências especiais autorizadas pela Emenda Constitucional nº 81/2021, ou seja, Plano 1000. Diante disto, atendendo ao sugerido pelo MPSC, a nova gestão de Governo paralisou os pagamentos, bem como está cogitando a intenção de transformar em convênio todas as TVEs.

É entendimento comum que, se por ventura esta mudança for feita, além da necessidade de nova análise de todos os projetos em execução, as obras simplesmente pararão, o que posteriormente acarretará o aumento de seu custo, já que serão necessários reajustes e reequilíbrios nos contratos. Igualmente, é de conhecimento que a equipe atual da Secretaria de Estado da Infraestrutura levaria meses ou até mais de ano para executar tal tarefa.

Destaca-se ainda que as empresas contratadas, confiando nos repasses assumidos pelo Estado e no contrato com os municípios, não terão condições de suportar e aguardar todo este tempo que tomará eventual nova fase, e certamente pararão suas frentes de trabalho.

Por outro lado, não há compreensão clara sobre a intenção da conversão das TVEs, como ainda a suspensão dos repasses destas e dos convênios, pois o planejamento para a distribuição de recursos financeiros para os municípios abrangidos pelo Plano 1000 já foi aprovado tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A manutenção das transferências especiais e convênios é uma forma de valorizar os esforços e as demandas dos municípios, que muitas vezes não têm recursos próprios suficientes para implementar programas e projetos. Estes investimentos têm um efeito positivo como um todo, contribuindo para a redução das desigualdades e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Também é uma forma de incentivar a participação dos municípios em ações integradas com o Governo do Estado, o que pode levar a resultados mais efetivos na execução das políticas públicas, fortalecendo a parceria entre os entes e estabelecendo uma relação de confiança e cooperação mútua.

Somados a isso, as transferências especiais e convênios são mecanismos importantes para fomentar a economia local e regional, uma vez que estimulam a contratação de serviços e a aquisição de materiais e equipamentos nos municípios.

Desta forma, diferentemente do que se pretende, com a manutenção das transferências especiais e convênios, é possível otimizar a utilização dos recursos municipais para oferecer serviços e infraestrutura de qualidade à população local, dar continuidade a projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social regional, como por exemplo a construção de estradas, entre outros. Como o exemplo citado, a infraestrutura atrai novas empresas e gera empregos, o que certamente impulsiona a economia.

Por outro lado, a suspensão das transferências especiais e convênios constantes do Plano 1000 pode afetar negativa e profundamente a imagem do Governo do Estado junto à população, que pode perceber essa medida como um descaso com as demandas e necessidades locais. Mantida a suspensão e possível conversão das TVEs em convênio, isto trará consequências graves para a população, especialmente a mais vulnerável, que depende dessas políticas públicas para ter acesso a serviços como infraestrutura, saúde, educação e assistência social.

Diante do exposto e preocupados com a qualidade de vida da população do Vale Europeu, a Amve e os prefeitos da região solicitam o apoio desta Casa Legislativa na articulação com o Governo do Estado para manutenção dos repasses aprovados no Plano 1000, tendo ciência de que esta é uma forma de garantir a autonomia dos Entes Municipais e sua consequente capacidade de oferecer serviços e infraestrutura de qualidade para a população local, promovendo assim o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Igualmente, reafirmamos nossa posição para que as Transferências Voluntárias Especiais constantes do Plano 1000 sejam mantidas na forma originalmente criadas, bem como para que todas as parcelas destas e dos convênios sejam urgentemente retomadas, a fim de que não haja mais prejuízo para a população que tanto necessita destas ações e obras públicas.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS  
DO VALE EUROPEU

Certos de contarmos com vossa atenção, aproveitamos o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Mario Hildebrandt  
Prefeito de Blumenau  
Presidente da Amve

**ENC: Amve: Ofício 077/2023 - repasses Plano 1000**

MAURO DE NADAL <maurodenadal@alesc.sc.gov.br>

Ter, 14/03/2023 08:57

Para: Secretaria Geral <secgeral@alesc.sc.gov.br>

---

**De:** Secretaria - Giovana Peron <secretaria@amve.org.br>

**Enviado:** segunda-feira, 13 de março de 2023 16:21

**Para:** MAURO DE NADAL <maurodenadal@alesc.sc.gov.br>

**Assunto:** Amve: Ofício 077/2023 - repasses Plano 1000

Ofício nº 077/2023

Blumenau, 13 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

**MAURO DE NADAL**

Presidente

Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC

Florianópolis/SC

Assunto: Repasses do Plano 1000.

-

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste tratar do Plano 1000, o qual foi lançado em dezembro de 2021 e é um compromisso do Governo Estadual com o desenvolvimento dos municípios catarinenses, mediante a realização de obras públicas estruturantes, que possam contribuir para a evolução econômica e social de Santa Catarina. O plano foi elaborado considerando as históricas dificuldades financeiras enfrentadas pelos Municípios, as quais foram agravadas pela pandemia, e a necessidade de atuação conjunta e cooperativa entre entes federados distintos, para viabilizar serviços públicos e equipamentos, possibilitando entregas efetivas de serviços à população.

Para acessar os recursos disponibilizados pelo Plano 1000, prefeituras debruçaram-se na elaboração de projetos, que foram aprovados pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade para repasse por meio de convênios, e outros projetos também foram feitos para permitir a adesão por meio de transferências voluntárias especiais (TVE). Cabe ressaltar que os projetos aprovados para o Plano 1000 passaram por planejamento, são legítimos, atendem as carências da população, têm transparência, permitem controle social e contemplam a maioria dos municípios catarinenses.

Como é de conhecimento, as transferências especiais e convênios são instrumentos fundamentais para viabilizar projetos e programas sociais, educacionais e de infraestrutura nos municípios, e com a manutenção desses recursos é possível garantir a continuidade e o aprimoramento das políticas públicas federais, estaduais e municipais, as quais impactam diretamente na qualidade de vida da população.

Recentemente, no final de 2022, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) recomendou ao Governo do Estado que suspendesse as transferências especiais autorizadas pela Emenda Constitucional nº 81/2021, ou seja, Plano 1000. Diante disto, atendendo ao sugerido pelo

MPSC, a nova gestão de Governo paralisou os pagamentos, bem como está cogitando a intenção de transformar em convênio todas as TVEs.

É entendimento comum que, se por ventura esta mudança for feita, além da necessidade de nova análise de todos os projetos em execução, as obras simplesmente pararão, o que posteriormente acarretará o aumento de seu custo, já que serão necessários reajustes e reequilíbrios nos contratos. Igualmente, é de conhecimento que a equipe atual da Secretaria de Estado da Infraestrutura levaria meses ou até mais de ano para executar tal tarefa.

Destaca-se ainda que as empresas contratadas, confiando nos repasses assumidos pelo Estado e no contrato com os municípios, não terão condições de suportar e aguardar todo este tempo que tomará eventual nova fase, e certamente pararão suas frentes de trabalho.

Por outro lado, não há compreensão clara sobre a intenção da conversão das TVEs, como ainda a suspensão dos repasses destas e dos convênios, pois o planejamento para a distribuição de recursos financeiros para os municípios abrangidos pelo Plano 1000 já foi aprovado tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto na Lei Orçamentaria Anual (LOA).

A manutenção das transferências especiais e convênios é uma forma de valorizar os esforços e as demandas dos municípios, que muitas vezes não têm recursos próprios suficientes para implementar programas e projetos. Estes investimentos têm um efeito positivo como um todo, contribuindo para a redução das desigualdades e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Também é uma forma de incentivar a participação dos municípios em ações integradas com o Governo do Estado, o que pode levar a resultados mais efetivos na execução das políticas públicas, fortalecendo a parceria entre os entes e estabelecendo uma relação de confiança e cooperação mútua.

Somados a isso, as transferências especiais e convênios são mecanismos importantes para fomentar a economia local e regional, uma vez que estimulam a contratação de serviços e a aquisição de materiais e equipamentos nos municípios.

Desta forma, diferentemente do que se pretende, com a manutenção das transferências especiais e convênios, é possível otimizar a utilização dos recursos municipais para oferecer serviços e infraestrutura de qualidade à população local, dar continuidade a projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social regional, como por exemplo a construção de estradas, entre outros. Como o exemplo citado, a infraestrutura atrai novas empresas e gera empregos, o que certamente impulsiona a economia.

Por outro lado, a suspensão das transferências especiais e convênios constantes do Plano 1000 pode afetar negativa e profundamente a imagem do Governo do Estado junto à população, que pode perceber essa medida como um descaso com as demandas e necessidades locais. Mantida a suspensão e possível conversão das TVEs em convênio, isto trará consequências graves para a população, especialmente a mais vulnerável, que depende dessas políticas públicas para ter acesso a serviços como infraestrutura, saúde, educação e assistência social.

Diante do exposto e preocupados com a qualidade de vida da população do Vale Europeu, a Amve e os prefeitos da região solicitam o apoio desta Casa Legislativa na articulação com o Governo do Estado para manutenção dos repasses aprovados no Plano 1000, tendo ciência de que esta é uma forma de garantir a autonomia dos Entes Municipais e sua consequente capacidade de oferecer serviços e infraestrutura de qualidade para a população local, promovendo assim o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Igualmente, reafirmamos nossa posição para que as Transferências Voluntárias Especiais constantes do Plano 1000 sejam mantidas na forma originalmente criadas, bem como para que todas as parcelas destas e dos convênios sejam urgentemente retomadas, a fim de que não haja mais prejuízo para a população que tanto necessita destas ações e obras públicas.

Certos de contarmos com vossa atenção, aproveitamos o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Mario Hildebrandt  
Prefeito de Blumenau  
Presidente da Amve

---

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.

---

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.